Acervo ISA

Documentação
OCA/ISA/AMBIENTAL
Fonte A crítica (cidades)
Data 17/4/2001 Pg C5
Class. 258

Manaus, terça-feira, 17 de abril de 2001

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Avanço isolado e unilateral

ARTICULAÇÃO DOS ÍNDIOS PRECISA SER INCENTIVADA

PARA ADEMIR RAMOS, SOCIEDADE É OMISSA QUANDO NÃO DEFINE UMA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA INDIGENISTA

A educação indígena no País tem contado com avanços, embora eles sejam isolados e unilaterais. A avaliação é do presidente do Conselho Estadual de Educação Indígena (CEEI), professor Ademir Ramos, ao fazer um balanço sobre a realidade da educação dos índios no Estado, no primeiro dia de debates da Semana dos Povos Indígenas, no Parque do Mindu. O evento, que vai até o próximo dia 22, foi aberto ao público no domingo e ontem teve sua abertura oficial durante a manhã.

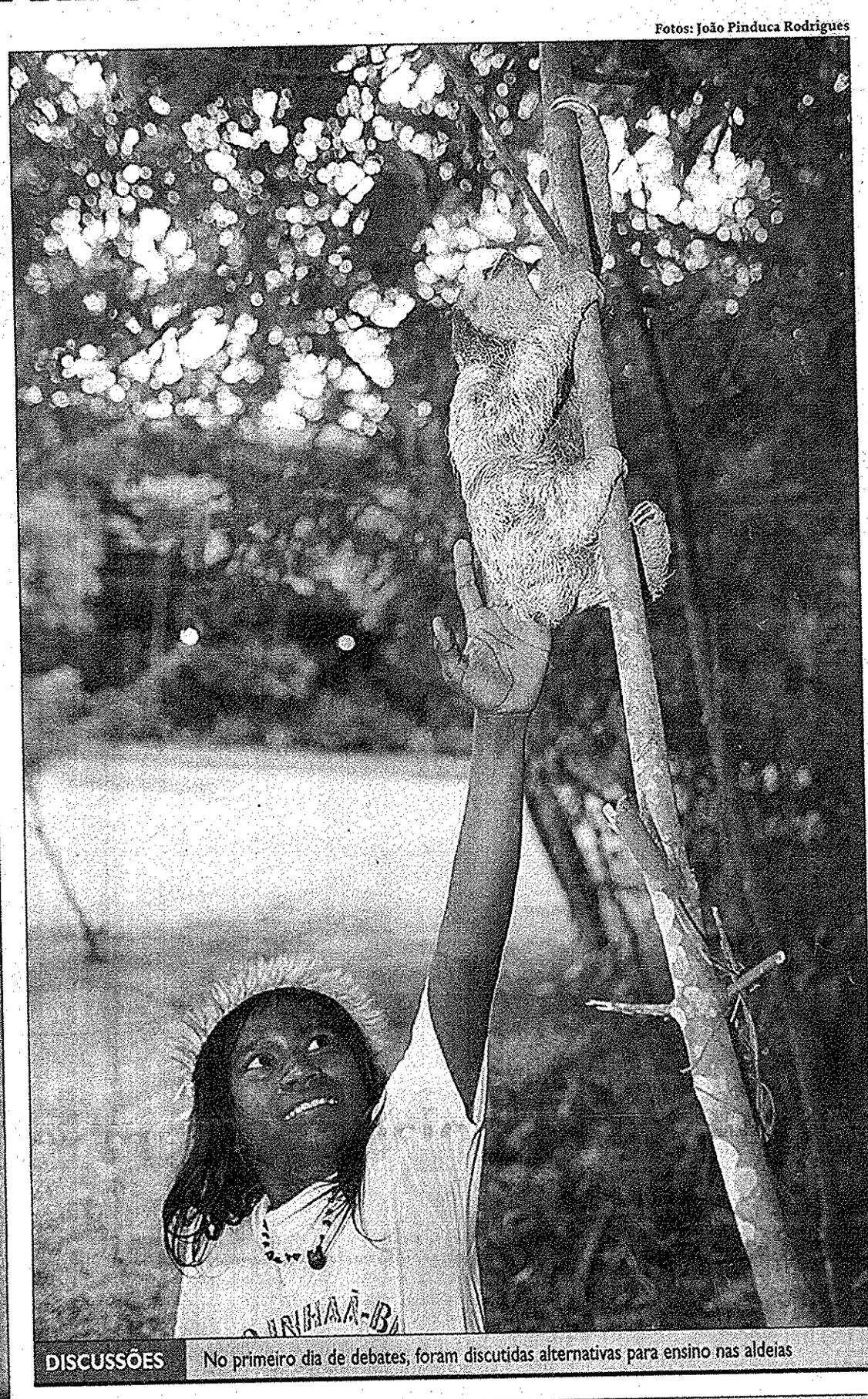
Ontem à tarde, as discussões giraram em torno da educação, mas não apenas no sentido limitado de escolas e da relação aluno-professor, como ressaltou Ademir Ramos durante sua fala. Para o presidente do CEEI e também do Departamento de Política Indígena (Depi) do Governo do Estado, todo o processo político de inserção e articulação dos índios deve também ser entendido do ponto de vista da educação.

Ademir fez um apanhado histórico sobre os direitos indígenas, começando pelas estratégias do Estado colonial e ação missionária, passando por José Bonifácio, que deu a direção do que mais tarde seria a política indigenista no País; Getúlio Vargas, que criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, até a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1973; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 96, que criou um capítulo sobre a educação indígena, entre outras fases da história da luta dos índios.

No atual cenário, Ademir diz que houve omissão da sociedade pela falta de empenho em se definir uma estratégia concreta de política indigenista. "Os índios hoje são posseiros e ainda clandestinos no Brasil porque não há uma regulamentação que defina a situação desses povos", avalia. "Enquanto há essa vacância, ficamos a mercê dos casuísmos".

Nesse caminho, Ademir diz que houve avanços na educação indígena, mas não em consonância com a política indigenista oficial. Para ele, não basta apenas demarcar terras, é preciso garantir a sustentabilidade econômica dos povos indígenas com uma ação orgânica do Governo, que envolva saúde, educação e terras. "Há dez anos os índios lutam para ter um estatuto regulamentado e há dez anos não se tem uma estratégia agressiva para se garantir isso", ressalta o professor. "Esta é a grande reflexão que deve ser feita nesta semana".

Fotos: João Pinduca Rodrigues



DISCUSSÕES No primeiro dia de debates, foram discutidas alternativas para ensino nas aldeias

GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

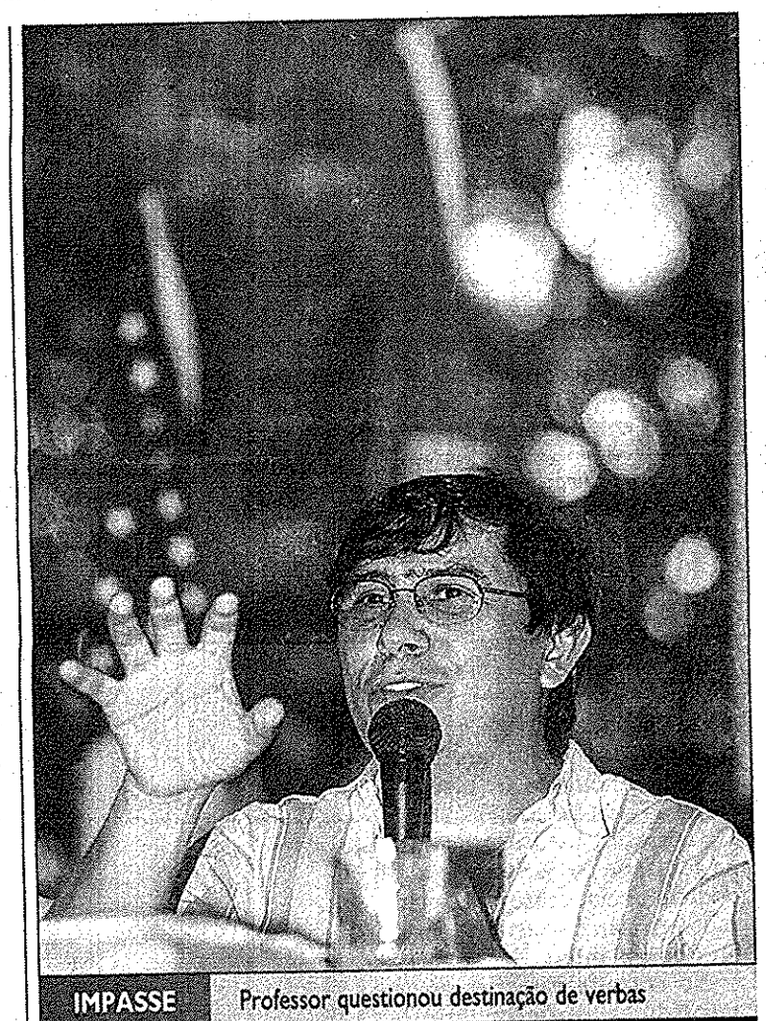
Instituições oferecerão cursos

Os índios das regiões do Solimões e Rio Negro irão contar com cursos de graduação e até de pós-graduação. O presidente da CEEI, Ademir Ramos, informa que a previsão é de que esses cursos deverão começar já no próximo semestre.

O curso de graduação em Educação Indígena será organizado pela recém-criada Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Hoje, segundo ele, há uma demanda de cerca de 400 índios. Já o curso de pós-graduação será no nível da especialização e terá a coordenação da Universidade do Amazonas (UA), sendo voltado apenas para a região do Rio Negro. Terá cerca de 50 vagas dirigidas aos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Apesar dos avanços, Ademir diz que ainda há muitos desafios no campo educacional. Um deles está na tentativa de conciliar um problema de ordem administrativa, mas que influencia diretamente na ação dentro das escolas indígenas: trata-se da destinação de verba do Fundef. Isto porque o Governo Federal passou para o Estado a responsabilidade pela educação indígena. A verba do Fundef, no entanto, é repassada aos municípios o que tem criado vários impasses sobre quem deve assumir a responsabilidade da educação dos índios. A idéia, de acordo Ademir, é conseguir uma parceria entre Estado e municípios.

O presidente da CEEI também falou sobre a necessidade de se ampliar os estudos indígenas para além do ensino fundamental, atendendo também da 5ª a 8ª e o ensino médio. Hoje, o Estado conta com 25 mil alunos indígenas, 585 escolas indígenas, 776 professores indígenas e 138 não-indígenas.



IMPASSE Professor questionou destinação de verbas

Grupo mostra artesanato

As índias Francisca de Lima, 49, Deolinda Freitas Prado, 50, e Anita Fernandes Pimentel, 50, mostraram ontem, na maloca construída no Parque do Mindu, um pouco da arte secular das tribos Tariano, Dessana e Tucano, todas do Alto Rio Negro, de onde elas pertencem, respectivamente.

As três mulheres também fazem parte da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amiarn), o que demonstra o nível de organização dos povos indígenas. Bolsas, cestas e outros artesanatos fabricados por elas são vendidos na feira da praça Tenreiro Aranha, no Centro. Elas contam que as pessoas reclamam do preço (uma bolsa chega a custar R$ 40, dependendo do material usado), mas que não sabem o trabalho que elas têm para colher o material, sem falar da arte que aprenderam a partir da experiência dos mais velhos.

"Se a gente vender barato, perde muito", explica Deolinda, que recebe a ajuda de Anita na argumentação: "Eles não sabem que para pegar essas fibras temos que ir até o rio uaupés, que é longe. Ainda temos que pagar o ônibus pra vir até aqui. Não tem como cobrar menos". O artesanato indígena também está em exposição no Parque do Mindu para visitação e venda dos objetos.

Ontem, também houve o lançamento do concurso de arte "Yampinima, vamos escrever, pintar...", e a apresentação da peça "O casamento da filha do Mapinguari".

NA MALOCA Bolsas, cestos e outras peças estão sendo vendidos

DIREITOS HUMANOS

Assembléia monta comissão

Uma boa notícia para a luta dos direitos indígenas no Amazonas foi a recente criação de uma Comissão de Direitos Indígenas na Assembléia Legislativa do Estado (ALE). O presidente da CEEI, Ademir Ramos, foi informado esta semana de que já foi escolhido até mesmo o presidente da comissão que será o deputado Alfredo Almeida, pelo trabalho desenvolvido em Maués com os índios saterê-maué.

A comissão, para Ademir Ramos, é um passo importante para que a luta dos direitos indígenas tenha mais ressonância. As discussões da Semana dos Povos Indígenas, que pretendem apontar diretrizes para regulamentação de uma política indigenista, podem passar também pela ALE. "Queremos levar essa resolução para ser aprovada na ALE", ressalta Ademir. "A Comissão de Direitos Indígenas significa que teremos terão uma interlocução direta".

Programação para hoje

Às 15h - Mesa-redonda: Geopolítica - Fronteira e Territorialidade
Expositores: ISA, UA, CMA, Coiab, Funai e Part. Parlamentar

Às 17h30 - Solo Musical com o músico Celdo Braga e coquetel.
Lançamento do Livro: Povos Indígenas no Brasil 1996/2000, de Carlos Alberto Ricardo (ISA)